



AOS TRABALHADORES DA PETROGAL/GALP

REALIZADA REUNIÃO **COM MINISTRO DO TRABALHO**

A FIEQUIMETAL e o SICOP reuniram-se esta semana com o ministro do Trabalho. Na reunião também participou o secretário de Estado do Emprego.

A reunião destinou-se a debater a situação da contratação colectiva na Petrogal, decorrente da ofensiva da Administração contra os direitos laborais e sociais dos trabalhadores, bem como as graves implicações dos actos administrativos do Governo, incluindo os despachos antigreve, nomeadamente quanto à violação da Constituição da República, uma vez que os trabalhadores estão a ser impedidos de exercer o pleno e efectivo direito constitucional da greve.

A FIEQUIMETAL e o SICOP transmitiram ao ministro do Trabalho quatro pontos principais:

- **Reafirmaram a sua inteira disponibilidade negocial para superar o conflito**, num quadro de garantia da defesa e protecção dos direitos dos trabalhadores;
- **Responsabilizaram o Governo pelo agravamento da ofensiva patronal contra os trabalhadores**, uma vez que os actos administrativos a que tem vindo a proceder, no âmbito da contratação colectiva e no plano da acção sindical e luta dos trabalhadores, têm visado, de forma objectiva, reforçar ainda mais o poder da Administração e, inversamente, desproteger cada vez mais os trabalhadores;
- **Reclamaram do Ministério do Trabalho uma intervenção construtiva, célere e eficaz**, em conformidade com as competências que legalmente lhe estão atribuídas para a resolução de conflitos, e também em conformidade com os princípios constitucionais quanto ao direito de negociação e contratação colectiva e, ainda, para cumprimento do programa do Governo sobre esta matéria, assim como respeitar e concretizar, na prática, os compromissos e as posições publicamente assumidas pelo ministro do Trabalho;
- **Decorrente do ponto anterior, foi reiterado que o Ministério do Trabalho deve abster-se de tomar mais actos administrativos** que visem enfraquecer a contratação colectiva e travar a luta dos trabalhadores.

Nesta reunião foram ainda relatados ao ministro do Trabalho factos relacionados com a repressão, coacção e outras medidas ilegais da Direcção de Refinação sobre os trabalhadores em greve, e com a obstrução à actividade dos piquetes de greve e à acção sindical nos locais de trabalho (corre mais um processo-crime na Procuradoria-Geral da República). Foi feita a denúncia da ineficácia da ACT, em particular da ACT de Beja, que afirmou não ter meios suficientes para intervir atempadamente quando solicitada.

Perante estes factos, que o ministro disse desconhecer, insistimos que eles são o resultado de a Administração se sentir mais fortalecida com os despachos antigreve do Governo, chegando ao ponto de considerar que está completamente impune e que pode prosseguir todas as diatribes possíveis. Reforçámos a exigência de que o Ministério deverá actuar imediatamente, designadamente quanto à intervenção da ACT, de forma a prevenir que novos actos ilícitos e medidas repressivas voltem a verificar-se no quadro das próximas lutas.

PROSSEGUIR COM MAIS FORÇA A NOSSA JUSTA LUTA

Entretanto, para além da ofensiva contra a contratação colectiva e os direitos, a Administração está a planear novos ataques aos trabalhadores, no quadro da reestruturação que está em marcha, de que são exemplo, entre outras, as medidas que estão a ser preparadas para impor um sistema de avaliação de desempenho tendente a diminuir rendimentos e fomentar as discriminações.

Oportunamente vão ser convocados plenários nos locais de trabalho, para debater a situação e aprovar as formas de continuação da luta.

MANTER A CONTRATAÇÃO COLECTIVA E OS DIREITOS DEFENDER OS REGIMES DE REFORMAS E DE SAÚDE

UNIDOS VENCEREMOS!

29 de Julho de 2016
A FIEQUIMETAL